

Estatais não demitirão, garante Mortada

O corte no orçamento das empresas estatais não resultará em diminuição no nível de empregos neste setor, segundo afirmou ontem, em entrevista ao programa "Bom Dia Brasil", da Rede Globo, o secretário de Controle das Empresas Estatais, Nelson Mortada. No caso das estatais, ao contrário, disse Mortada, o nível deverá aumentar um pouco, pois, no segundo semestre deste ano, projetos novos, como Carajás e Tubarão, entram em produção e isso impõe a necessidade de contratação de mais pessoal. Segundo ele, não está prevista a demissão de ninguém nas estatais.

Nelson Mortada explicou que o orçamento foi reformulado com o objetivo de cortar, efetivamente, os gastos públicos, visando a uma diminuição do déficit público. Esse é o aspecto financeiro, ressaltou. "Em termos econômicos esse corte significa que haverá uma redução das compras do Governo para investimento". Essa diminuição, se comparada com a do ano passado, segundo Mortada, significa uma redução de 20 a 24 por cento das compras do Governo.

Sobre a cifra de dois trilhões de cruzeiros, que é a soma do corte de investimentos e despesas correntes, Mortada disse que houve uma orientação no sentido de maximizar um pouco a eficiência das empresas estatais, daí resultando algumas restrições nas despesas correntes. "Nós queremos melhor adminis-

tração de estoque, por exemplo, de matérias-primas", afirmou Mortada, explicando que está sendo recomendado um uso mais intensivo da matéria-prima e com um prazo menor de estoque, o que significa gastar menos. Segundo Mortada, para se ter uma idéia do que significam esses dois trilhões de cruzeiros, eles equivalem a cerca de quatro bilhões de dólares ou um terço do tamanho de Itaipu.

EMPREGADOS EM ESTATAIS

Belo Horizonte - A situação falimentar das empresas estatais, que está sendo divulgada na imprensa, é uma tentativa para privatizá-las, orquestrada dentro e fora do Governo, numa campanha antipatriótica, segundo denuncia, em Belo Horizonte, documento de um grupo de sindicatos mineiros de empregados em estatais, dos setores de telecomunicação, eletricidade, petróleo e água.

O decreto que corta uma série de benefícios em folha dos funcionários de empresas estatais, que estariam em dificuldades, deverá ser assinado nos próximos dias pelo Presidente João Figueiredo e prevê o congelamento de valores que excedem os 13 salários, a não participação nos lucros, o fim do ganho de produtividade e a suspensão de aumentos nominais de vantagens e promoções.